

**Domingo, 21 de abril de 2024**

## Toda greve é um grito de socorro e um pedido de justiça

Na última Sexta-feira foi protocolado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), uma contraproposta para o texto apresentado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), com relação aos reajustes de benefícios como os auxílios voltados a alimentação, creche e saúde.

A proposta apresentada pelo governo foi a de reajustar o auxílio-alimentação, passando de R\$ 658 para R\$ 1 mil; e de 51% no montante destinado ao valor per capita da saúde suplementar. Já a assistência pré-escolar passaria de R\$ 321 para R\$ 484,90. Os novos valores começariam a vigorar a partir do dia 1º de maio de 2024.

Na contraproposta apresentada pelos servidores, a Condsef sugere que o governo se comprometa a equiparar os benefícios entre os Três Poderes até o fim de 2026.

O governo prometeu instalar, até julho de 2024, mesas específicas e temporárias para negociar a reestruturação de carreiras e reajustes de remuneração. Na contraproposta apresentada pela confederação, é sugerida a inclusão de um trecho para garantir que os acordos incluam todos servidores, “em particular os aposentados e pensionistas, com observância da paridade”.

Além disso, os servidores incluíram um parágrafo, determinando, ao governo, que aplique “índices proporcionais às necessidades de correção das perdas salariais do período golpista (2016-2022), que ocorreram de forma distinta entre os setores”.

Em carta aberta publicada na tarde de ontem (20), a CUT escreveu o seguinte sobre o impasse entre o governo e os servidores federais:

“A Central Única dos Trabalhadores (CUT) solidariza-se com os servidores e as servidoras federais em sua justa luta por melhores condições de trabalho e valorização profissional. Mesmo

considerando o esforço governamental de estabelecer uma política de correção e recuperação das perdas dos governos passados e de buscar alternativas frente a seus limites orçamentários, a proposta inicial de concessão de reajuste zero em 2024, justifica a greve.

A CUT solicita ao governo federal que retome o diálogo com as entidades dos servidores e construa uma saída para o atual impasse, buscando soluções que atendam minimamente às necessidades dos servidores e das servidoras. A CUT reafirma que para reconstruir o Brasil é preciso valorizar a educação e o conjunto dos servidores públicos, pois sem isso a classe trabalhadora não conseguirá superar os desafios tecnológicos e a qualificação exigida no mercado de trabalho.

A greve dos servidores federais é um alerta para toda a sociedade sobre a urgência de defendermos o serviço público como um patrimônio do povo brasileiro. A CUT seguirá firme ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras dos serviços públicos e privados, nessa batalha por dignidade, justiça e respeito aos direitos fundamentais e a valorização profissional.”

Algumas pessoas acham que fazer greve é um ato prazeroso para os servidores e sindicatos. Um tipo de lazer no mínimo curioso. A verdade é que a paralisação acontece quando o diálogo deixa de trazer retorno e a mobilização dá ao trabalhador a força necessária para se unir em meio à crise. Desse modo a luta dos professores também é nossa pois somos todos trabalhadores que precisam ganhar o pão de cada dia para prover para si e as nossas famílias.

O Sindsprev-PE vai permanecer ativo nas próximas negociações que ainda irão acontecer no primeiro semestre deste ano, mas não deixaremos de estar mobilizados e preparados para enfrentarmos a luta.